

Previdência Privada Aberta **ABERTA E O** **TEMA 977 DO STJ**

Entenda seus direitos e a possibilidade de
alterar o índice de correção monetária



GARCIA & GARCIA

Advogados Associados



Introdução

A Previdência Privada Aberta complementar se consolidou como uma alternativa para milhões de brasileiros que desejam garantir uma renda suplementar à aposentadoria pública.

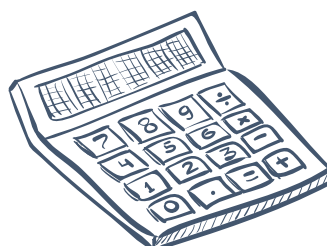
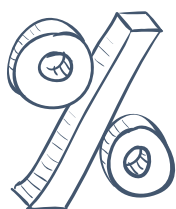
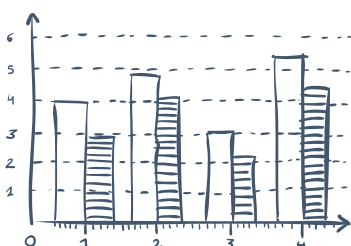
Ao longo dos anos, os planos oferecidos por seguradoras e entidades de Previdência Privada Aberta se tornaram opções sólidas para quem se preocupa com o futuro financeiro.

No entanto, com o tempo, muitos participantes perceberam que o rendimento de seus planos não correspondeu à realidade econômica, principalmente quando os índices de correção utilizados foram desfavoráveis à preservação do poder de compra.

É nesse contexto que ganha relevância o julgamento do Tema 977 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que trouxe à tona a possibilidade de revisão do índice de correção monetária nos contratos de Previdência Privada Aberta.

Este e-book foi preparado pelo escritório [Garcia & Garcia](#) com o objetivo de esclarecer, de forma acessível e juridicamente precisa, os impactos dessa decisão e os caminhos legais para quem deseja buscar a revisão contratual.

Se você já possui um plano de Previdência Privada Aberta, este material pode representar o início de uma mudança concreta na valorização do seu patrimônio futuro.



O que é o Tema 977 do STJ?

O Tema 977 foi julgado pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso repetitivo, o que significa que a decisão orienta tribunais de todo o país.

A controvérsia analisada girava em torno da validade da adoção de índices econômicos que, ao longo do tempo, mostraram-se incapazes de preservar o valor real dos saldos acumulados nos planos de Previdência Privada Aberta.

Muitas instituições utilizam índices, que apresentaram forte defasagem ou, em alguns momentos, descolamento da realidade econômica. Com isso, o resultado para o participante do plano foi a perda real no valor do benefício contratado ou no saldo acumulado, especialmente em contratos de longo prazo.

O STJ, ao analisar o caso, reconheceu que **é possível revisar judicialmente o índice de correção adotado no contrato, desde que comprovado o desequilíbrio econômico e a quebra da função de preservação do valor real**. E firmou a seguinte TESE:



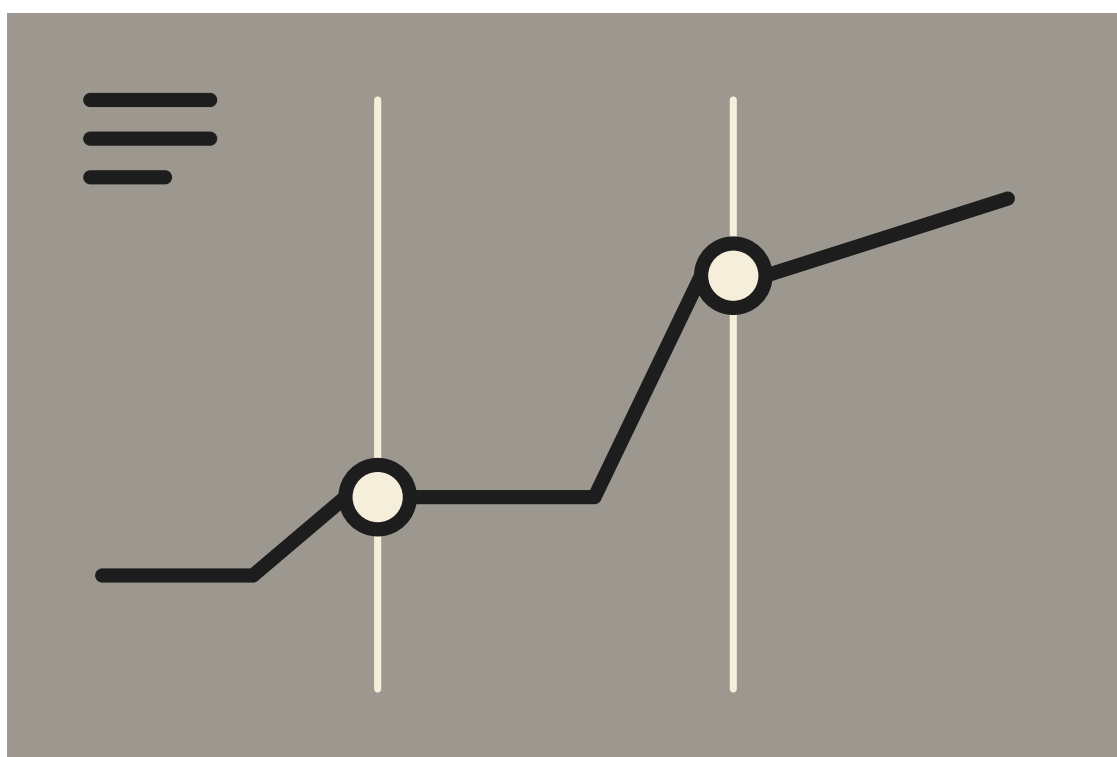
A partir da vigência da Circular/Susep n. 11/1996, é possível ser pactuado que os reajustes dos benefícios dos planos administrados pelas entidades abertas de previdência complementar passem a ser feitos com utilização de um índice geral de preços de ampla publicidade (INPC/IBGE, IPCA/IBGE, IGP-M/FGV, IGP-DI/FGV, IPC/FGV ou IPC/FIPE). Na falta de repactuação, deve incidir o IPCA-E.



Porque o índice de correção importa?

A correção monetária é o mecanismo que garante a atualização dos valores investidos, protegendo-os contra os efeitos da inflação.

Em contratos de Previdência Privada Aberta, o índice escolhido impacta diretamente o saldo final que será usufruído no momento da aposentadoria ou do resgate.



Se o seu plano adota um índice desatualizado ou ineficaz como a TR, o valor final acumulado poderá ser significativamente menor do que o esperado, frustrando todo o planejamento previdenciário.

Quem pode pedir a revisão?

A revisão pode ser solicitada por participantes de **plano de Previdência Privada Aberta aberta em que o índice de correção monetária adotado seja a Taxa Referencial - TR.**

A partir dessa análise, é possível ajuizar uma ação de revisão com base no Tema 977 do STJ, solicitando a substituição do índice de correção por outro mais condizente com a preservação do valor econômico contratado.



Como ingressar com a ação revisional?

O primeiro passo é procurar um advogado especialista em Direito Previdenciário Privado e Direito Contratual. O escritório Garcia & Garcia atua diretamente com este tipo de ação e realiza uma análise individual e detalhada do contrato, simulando os valores que o plano deveria ter alcançado com base em outros índices de correção.

A ação pode incluir os seguintes pedidos:



substituição do índice de correção monetária vigente no contrato;



revisão dos valores acumulados com aplicação retroativa do novo índice;



pagamento da diferença entre o que foi efetivamente pago e o que deveria ter sido com base no índice mais justo;



correção de futuras parcelas ou benefícios que ainda serão pagos.

Além disso, o processo judicial pode envolver perícia técnica e cálculos atualizados, que reforçam o argumento da perda financeira do contratante.

A importância do amparo jurídico especializado

A discussão envolvendo índices de correção e contratos de Previdência Privada Aberta complementar é complexa e exige conhecimento técnico específico. Um advogado qualificado saberá avaliar as cláusulas contratuais, realizar projeções financeiras comparativas e apresentar ao Judiciário argumentos sólidos e fundamentados, conforme o entendimento do STJ.

O amparo jurídico especializado garante não apenas a proteção dos seus direitos, mas também a possibilidade real de recuperar valores perdidos ao longo dos anos e assegurar um futuro mais estável financeiramente.



Considerações finais

A decisão do STJ no Tema 977 abriu uma porta relevante para que cidadãos que investiram em seus planos de Previdência Privada Aberta possam buscar justiça e reequilíbrio financeiro.

Muitos contratos, ao longo dos anos, deixaram de cumprir sua função essencial: preservar o valor dos investimentos realizados com tanto esforço.

Se você percebeu que os rendimentos do seu plano estão abaixo da inflação ou suspeita que o índice utilizado esteja prejudicando seu patrimônio, é hora de agir com respaldo jurídico.



O escritório **[Garcia & Garcia](#)** está pronto para analisar o seu contrato e auxiliá-lo em cada etapa do processo de revisão. Nosso compromisso é com a justiça, a segurança jurídica e a valorização de quem investiu no próprio futuro.

Fale conosco!



GARCIA & GARCIA

Advogados Associados

